



Ata nº 003/2015/Ordinária/ConsUni

1 Aos 29 dias do mês de setembro do ano de 2015, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, 1º
2 andar, Bloco A, Torre I da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados,
3 5001, Bangu, Santo André, realiza-se a III sessão ordinária do Conselho Universitário
4 (ConsUni) da UFABC de 2015, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor,
5 Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus, vice-
6 reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, representante docente do Centro de
7 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); André Eterovic, representante
8 docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Annibal Hetem Junior, diretor do
9 CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, representante docente do CCNH; Clarissa de
10 Franco, representante dos técnicos administrativos; Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão;
11 Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio,
12 representante docente do CECS; Evonir Albrecht, representante docente do Centro de
13 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Gabriela Spanghero Lotta, representante
14 docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Guilherme
15 Afonso Gomes dos Santos, representante discente de graduação; Gustavo Adolfo Galati de
16 Oliveira, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Gustavo Martini Dalpian,
17 pró-reitor de pós-graduação; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH;
18 Igor Fuser, representante docente do CECS; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente
19 do CCNH; José Fernando Queiruga Rey, pró-reitor de graduação; Júlio Francisco Blumetti
20 Facó, pró-reitor de administração; Marcela Sorelli Ramos, pró-reitora de pesquisa; Marcelo
21 Bussotti Reyes, vice-diretor do CMCC; Márcio Fabiano da Silva, representante docente do
22 CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Maria
23 Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Mauro
24 Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Nunzio Marco Torissi, representante
25 docente do CMCC; Paloma Breit dos Santos, representante discente de graduação; Roberta
26 Kelly Amorim de França, representante dos técnicos administrativos; Ronei Miotto, diretor do
27 CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Vitor Emanuel
28 Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional; e
29 Vladimir Perchine, representante docente do CMCC. **Ausências justificadas**: Não há.
30 **Ausentes**: Alexandre Becker, representante discente de graduação; Ana Lúcia Sanches,
31 representante da comunidade civil; André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do
32 CMCC; Eduardo Araújo Couto, representante discente de graduação; João Manoel Losada
33 Moreira, representante docente do CECS; Luiz Carlos Rozante, representante docente do
34 CMCC; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação. **Não votantes**:
35 Adriana Capuano, de Oliveira, docente do CECS; Maurício Bianchi Wojslaw, superintendente
36 de gestão de pessoas da UFABC; Patrícia Guilhermitti Pereira, técnica administrativa da
37 UFABC; Rovilson Mafalda, presidente de Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)
38 da UFABC; Silas Justiniano Veiga da Silva, membro da Coordenação-Geral do Sindicato dos
39 Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SinTUFABC) e Soraya Cordeiro,

40 secretária-geral. **Apoio administrativo:** Fabiana Vallini, secretária executiva da Secretaria-
41 Geral; e Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral;
42 Havendo quórum legal, o presidente inicia a sessão às 14h09 com os **informes da Reitoria:** 1)
43 dá as boas-vindas à Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, conselheira representante da
44 comunidade civil no ConsUni; 2) comunica aprovação das contas da UFABC referentes ao
45 Exercício de 2014 pela Controladoria-Geral da União (CGU); 3) informa acerca da aprovação
46 *ad referendum* do Ato Decisório ConsUni nº 112, de 17 de agosto de 2015 e da Resolução
47 ConsUni nº 157, de 10 de setembro de 2015. Ambos os documentos referem-se à Comissão
48 Permanente de Convênios (CPCo) e à Taxa de Ressarcimento Institucional (TRI) incidente
49 sobre desenvolvimento de projetos e prestação de serviços pela UFABC. Ocorre que a
50 Resolução ConsUni nº 105, de 18 de março de 2013 foi, a pedido da Pró-Reitoria de Pesquisa
51 (ProPes), desmembrada em duas. Porém, nesse desmembramento, apenas uma das novas
52 Resoluções, a ConsUni nº 155, foi aprovada na II sessão ordinária de 2015. Tal Resolução
53 estabelece regras para a CPCo e revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 105, ficando a
54 Universidade, desse modo, sem regulamentação vigente quanto à TRI, tornando-se necessárias
55 aprovações *ad referendum*. Sem manifestações, professor Klaus encaminha o Ato Decisório
56 ConsUni nº 112, de 17 de agosto de 2015 e a Resolução ConsUni nº 157, de 10 de setembro de
57 2015 para votação e são aprovados por unanimidade; 4) comunica que terá que se ausentar da
58 reunião, pois foi convidado a participar de uma reunião com a Fundação de Amparo à Pesquisa
59 do Estado de São Paulo (FAPESP), que se iniciará às 15h e passa a presidência da Mesa ao
60 professor Dácio; 5) professor Dácio passa a palavra para a secretária-geral, Soraya, que
61 comunica que houve a necessidade de alteração do Calendário das reuniões dos Conselhos
62 Superiores, em razão da Sessão Solene para Entrega de Títulos Honoríficos, que ocorrerá no
63 dia 6 de outubro. Dessa forma, informa que se houver necessidade da continuação desta sessão,
64 ela deverá ocorrer em 13 de outubro e a IX sessão ordinária do ConsePE, antes prevista para
65 aquela data, ocorrerá em 20 de outubro, alteração esta já aprovada pelo ConsePE. Findos os
66 informes da Reitoria, passa-se aos **informes dos conselheiros:** 1) professor Júlio Facó
67 apresenta relatório de implantação da Editora da UFABC (EdUFABC). Informa que o processo
68 teve início em 2011, com o “Estudo de Viabilidade de Criação de Editora Universitária da
69 UFABC”. Ainda em 2011, foi criado o Grupo de Trabalho da Editora (GT Editora) e, em 2013,
70 foi aprovada a Resolução ConsUni nº 122, que cria a EdUFABC e institui a sua Comissão de
71 Implantação. Quanto à estrutura e equipe: instalação no andar térreo do Bloco Delta: sala 012,
72 com mobiliário parcial e sala 011 – não entregue. Explica haver expositores nos dois *campi*. A
73 equipe atual é composta pelos servidores Natália Gea, Cleiton Klechen e Marco de Freitas. Há
74 a necessidade de mais 7 servidores e dois estagiários, cujas funções serão: revisão,
75 diagramação, comercialização, distribuição e eventos e secretaria. Em seguida, apresenta a
76 estrutura organizacional e enumera os Comitês Editoriais: Ciências Naturais e Cognição,
77 Ciências Sociais, Educação e Licenciatura, Engenharias, Filosofia, Artes e Humanidades,
78 Interdisciplinar e Matemática e Ciências da Computação. Quanto às parcerias internas,
79 menciona: Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) – publicação de linhas infanto-juvenil, didática, e
80 de projetos de extensão, Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG) – coleção “O que é ser
81 cientista?” e outras iniciativas de divulgação científica, Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) –
82 material didático dos Bacharelados Interdisciplinares (BI) e Universidade Aberta do Brasil
83 (UAB) – linha sobre Ensino à Distância (EAD). Quanto aos trabalhos já publicados, são 13
84 obras no Projeto Editorial a serem relançadas com selo da EdUFABC; 4 obras em parceria com
85 a UAB; 4 obras da Coleção “O que é ser cientista?” – ProPG-ProEx; 16 obras diversas; 8

86 volumes da Coleção “Medicina, Saúde e História” em parceria com a USP a serem relançadas
87 com selo da EdUFABC. Acrescenta que a distribuição é realizada de forma pontual por meio
88 de doação direta ou doação recíproca e o desafio é aumentar a capilaridade da distribuição e
89 acesso às obras publicadas. Para a comercialização, há necessidade de emissão de Nota Fiscal e
90 cadastramento junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), CNPJ e
91 sistema contábil próprios e orçamento ajustado. Apresenta, então, as ações em andamento da
92 Editora: filiação à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), cujas vantagens
93 são a participação em feiras nacionais e internacionais, cursos na universidade do livro, braço
94 educacional da Fundação Editora Unesp (Edunesp); minuta do Regimento Interno em
95 elaboração, a ser submetida aos Comitês Editoriais e posteriormente deverá ser aprovada pelo
96 Comitê de Extensão Universitária (CEU); estudo de parcerias com editoras e distribuidoras
97 para distribuição e comercialização eletrônica; desenvolvimento de *website*, previsto para
98 novembro; criação do Catálogo de Publicações; divulgação frequente e periódica em mídias
99 sociais, em parceria com a ProEx; levantamento de feiras e eventos para participação em 2016;
100 e estudo da possibilidade de publicação prêmio de melhores pesquisas, teses e dissertações e
101 parceria com a FAPESP. Diversos conselheiros contribuem para a discussão, prestando
102 informações acerca das linhas editoriais, da parceria realizada entre a ProPG e a ProEx para
103 publicação da coleção “O que é ser cientista” e dos esforços para a viabilização da venda de
104 livros, o que contribuiria para o orçamento da UFABC; 2) professor Vitor Marchetti expõe os
105 panoramas atual e futuro do orçamento da Universidade, informando sobre a liberação dos
106 limites orçamentários e as dificuldades em acessar 100% da Lei Orçamentária Anual (LOA) de
107 2015. Quanto ao panorama futuro, prevê um cenário mais complicado em 2016, havendo
108 incertezas para mais e para menos e emendas individuais de orçamento, o que não representa
109 alívio para a UFABC; 3) professor Annibal registra que, na semana do dia 8 de setembro,
110 ocorreu o Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE), pela primeira vez na
111 história no estado de São Paulo, sediado na UFABC. Acrescenta que o tema do Congresso foi
112 “Aprendizagem Ativa: Engenheiros Colaborativos para um Mundo Competitivo”. Foram 501
113 inscritos, sendo 242 alunos e professores associados da Associação Brasileira de Educação de
114 Engenharia (ABENGE) e 172 não associados. O evento foi organizado por todas as
115 Universidades da região com cursos de Engenharia, incluindo o Centro Universitário Fundação
116 Educacional Inaciana (FEI), o Instituto Mauá de Tecnologia, o Centro Universitário Fundação
117 Santo André, a Universidade Metodista de São Paulo e mais. Houve diversos congressistas
118 credenciados, mostras de protótipos e 75 expositores. Agradece a todos os docentes da UFABC
119 que trabalharam para a realização do evento. Agradece, especialmente, ao professor Gilberto
120 Martins. Apresenta a proposta de logotipo do CECS, votada de maneira democrática, por meio
121 eletrônico, que está em fase de apreciação pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI)
122 para começar a ser utilizado como identidade visual do Centro; 4) professor Ronei informa
123 sobre a decisão pela formação de uma Sociedade Brasileira de Eletroquímica Analítica, que
124 convidou o professor Mauro Coelho como secretário-geral *pro-tempore*, parabenizando o
125 professor pela indicação. Professor Mauro sente-se honrado pela indicação e acrescenta haver
126 grande interesse em a sede da Sociedade ser na UFABC; 5) A representante dos técnicos
127 administrativos, Roberta, passa a palavra para Silas, membro da Coordenação-Geral do
128 SinTUFABC, que apresenta o status da greve dos servidores técnicos administrativos da
129 UFABC; 6) professor Daniel Pansarelli lembra os conselheiros do evento UFABC para Todos,
130 que acontecerá nos dias 19 e 20 de outubro, no *campus* São Bernardo do Campo. Acrescenta
131 que o total de inscrições de alunos de escolas públicas, até o momento, é 4.500. Informa que foi

132 encaminhado aos coordenadores de curso um *e-mail* com orientações acerca da participação no
133 evento. Acrescenta que aqueles que desejarem ter um *stand* no evento e necessitarem de mais
134 informações deverão entrar em contato com a Pró-Reitoria de Extensão; 7) o representante dos
135 servidores técnicos administrativos, Ronny, questiona o não pagamento do auxílio transporte
136 aos servidores que utilizam veículo particular para chegar ao trabalho. Menciona mandado de
137 segurança que prevê que se pague o auxílio aos servidores que questionaram essa decisão
138 judicialmente. Questiona também o fato de a UFABC ter entrado com recurso a essa decisão.
139 Professor Dácio esclarece que não é a Reitoria que decide entrar ou não com o recurso, mas a
140 Advocacia-Geral da União (AGU). Coloca-se à disposição para seguir as discussões acerca do
141 tema. Ordem do Dia. Minuta de resolução que dá novas regras à Taxa de Ressarcimento
142 Institucional (TRI) incidente sobre desenvolvimento de projetos e prestação de serviços pela
143 UFABC. A relatora, professora Marcela Sorelli, apresenta o documento, informando ter havido
144 mudanças em relação ao documento apresentado no Expediente após serem consideradas as
145 sugestões dos conselheiros e ter ocorrido nova reunião da CPCo, resultando em um documento
146 mais enxuto. Em discussão, são feitas as seguintes propostas de alteração da redação do Art. 2º
147 e seu parágrafo único: 1) onde se lê: “A TRI não incidirá sobre projetos financiados com
148 recursos oriundos das agências oficiais de fomento ou instituições análogas.”, leia-se: “A TRI
149 não incidirá sobre projetos financiados com recursos oriundos das agências oficiais de fomento
150 ou instituições análogas, ou nas formas previstas em Lei” e, no parágrafo único, a redação
151 passaria a ser: “Caberá à Comissão Permanente de Convênios (CPCo) definir quais instituições
152 são ou atuam como análogas às agências oficiais de fomento.” – proposta acatada pela área
153 demandante; 2) supressão total do artigo e de seu parágrafo único; e 3) onde se lê: “A TRI não
154 incidirá sobre projetos financiados com recursos oriundos das agências oficiais de fomento ou
155 instituições análogas.”, leia-se: “A TRI não incidirá sobre projetos financiados com recursos
156 oriundos da administração direta dos municípios onde a UFABC mantém suas unidades.” e
157 supressão do parágrafo único. Passando-se para a votação, professor Dácio encaminha as
158 propostas de manutenção e supressão do Art. 2º para votação, uma contra a outra. O Conselho
159 decide pela manutenção do artigo, com 26 votos favoráveis, 3 votos favoráveis à supressão e 1
160 abstenção. Encaminha-se, então, à votação das propostas de redação: 1) “A TRI não incidirá
161 sobre projetos financiados com recursos oriundos das agências oficiais de fomento ou
162 instituições análogas, ou nas formas previstas em Lei” e, no parágrafo único, “Caberá à
163 Comissão Permanente de Convênios (CPCo) definir quais instituições são ou atuam como
164 análogas às agências oficiais de fomento.” e 2) “A TRI não incidirá sobre projetos financiados
165 com recursos oriundos da administração direta dos municípios onde a UFABC mantém suas
166 unidades.”, com supressão do parágrafo único. Decide-se pela proposta de redação “1”, com 23
167 votos favoráveis, 6 votos favoráveis à proposta “2” e 1 abstenção. Em votação do documento
168 como um todo, ele é aprovado por unanimidade. Proposta de criação do Mestrado Profissional
169 em Rede Nacional – PROFENSINO. Professor Dalpian informa que a proposta é voltada para o
170 ensino interdisciplinar em educação básica. Acrescenta que ela já foi apreciada e aprovada na
171 Comissão de Pós-Graduação (CPG) e no Conselho de Centro do CMCC (ConCMCC). Passa a
172 palavra para professor Evonir Albrecht, que explica que o programa começou a ser idealizado
173 no início deste ano, quando a UFABC e diversas outras universidades receberam o convite da
174 professora Tânia Cremonini de Araújo-Jorge, coordenadora da área de Ensino da Coordenação
175 de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram, então, encaminhados
176 formulários para que os docentes demonstrassem interesse em aderir ao programa e, como
177 resultado, houve oito adesões na UFABC: Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky,

178 Margareth Born Steinberger-Elias, Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda, Mirian
179 Pacheco Silva Albrecht, Patrícia da Silva Sessa, Evonir Albrecht, Regina Helena de Oliveira
180 Lino Franchi e Maria Cândida Varone de Moraes Capecchi. Prossegue, informando que o
181 principal objetivo do programa é contribuir para a melhoria da formação do professorado de
182 educação básica e a proposta contribui decisivamente para a Meta 16 do Plano Nacional de
183 Educação (PNE), que prevê a formação continuada em nível de pós-graduação de pelo menos
184 50% dos professores que atuam na Educação Básica, nos próximos 20 anos. Explica que serão
185 38 polos distribuídos em redes federais e estaduais, sendo apenas três no estado de São Paulo:
186 UFABC, Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) -
187 Guaratinguetá, Bauru e Rio Claro. No total, 429 doutores aderiram ao programa, cuja sede é na
188 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Serão 800 vagas ofertadas no primeiro ano
189 e 1000 no segundo, sendo o público alvo os professores da educação básica e ensino infantil,
190 além de pedagogos do Ensino Fundamental I até o Ensino Médio. O perfil do egresso é um
191 profissional sensível e inovador, que trabalhe em sua área específica de ensino, articulando sua
192 prática de modo analítico e reflexivo às teorizações a respeito de aprendizagem, ensino, cultura
193 escolar, inclusão na escola e tecnologias educacionais e sociais. As linhas de pesquisa são
194 Ensino e Aprendizagem na Educação Infantil; Ensino e Aprendizagem nos Primeiros anos do
195 Ensino Fundamental; Ensino e Aprendizagem nos últimos anos do Ensino Fundamental e
196 Ensino e Aprendizagem no Ensino Médio. O curso possui caráter semipresencial, com carga
197 horária de 540 horas. Quanto à pesquisa, espera-se que os profissionais da educação básica
198 possam realizá-la em suas salas de aula e que seu resultado seja, também, aplicável em sala de
199 aula, ao contrário do que ocorre com o Mestrado Acadêmico. Em discussão, os conselheiros
200 apresentam suas ponderações e questionamentos: 1) questiona-se a falta da inserção da língua
201 inglesa no programa, uma vez que ela é essencial para que os professores assimilem novos
202 conteúdos e adquiram capacidade prática, pedagógica e interdisciplinar – a área demandante
203 concorda com o questionamento, acreditando, inclusive, que a língua espanhola também deva
204 ter o seu espaço no programa, uma vez que há grande colaboração entre os países da América
205 Latina; 2) maior explicitação acerca de como a pesquisa será realmente trabalhada, de um
206 ponto de vista mais experimental – é informado que todos os experimentos são bem-vindos,
207 mas acredita-se que, para as licenciaturas, os experimentos nem sempre são tão específicos
208 como os de laboratório; 3) necessidade de mais docentes, pelo menos doze, podendo haver,
209 inclusive, colaboradores de outras universidades da região – esclarece-se que muitas
210 universidades foram convidadas e não aderiram ao programa. Desse modo, diversos
211 professores procuraram a UFABC para tentar estabelecer parcerias e atuar como colaboradores,
212 mas, para que isso seja levado adiante, é necessário aguardar a validação do programa; 4)
213 questiona-se por que o Ensino Fundamental I não está entre as áreas que serão ministradas na
214 UFABC – informa-se que não houve professores que se dispuseram a trabalhar com essa faixa;
215 5) demonstram-se preocupações com a dimensão desse e de outros programas ofertados na
216 UFABC, uma vez que não foi estabelecido o número total de vagas que serão ofertadas para
217 Universidade. Em breve cálculo, com base nos números apresentados, serão dois orientandos e
218 34 horas por docente, e, somado a demais atividades dos docentes envolvidos, torna-se um
219 número muito expressivo – professor Evonir concorda que a questão do número de vagas por
220 região não está clara, pois, inicialmente, foi pensada de maneira mais ampla. Expõe que serão
221 cerca de dois orientandos por docente e acrescenta que o regime será semestral e não
222 quadrimestral, a exemplo de outros mestrados profissionais existentes na UFABC; e 6)
223 levantam-se dúvidas acerca de como serão ofertadas as disciplinas, uma vez que há um número

224 grande de disciplinas no catálogo e se todos os polos deverão ter capacidade para ofertar todas
225 as disciplinas do catálogo – expõe-se que há duas disciplinas obrigatórias e três eletivas que
226 deverão ser ofertadas por dois anos. No primeiro ano, serão apenas as duas obrigatórias e, no
227 segundo ano, as duas obrigatórias e as três eletivas, o que contabiliza 7 disciplinas em dois
228 anos, mas, poderão ser ofertadas mais disciplinas eletivas. Professor Evonir agradece as
229 sugestões elencadas, informando que, infelizmente só poderá alterar o documento uma vez que
230 o programa seja validado. Professor Dácio observa não ter havido manifestações contrárias à
231 criação do programa, mas apenas sugestões e questionamentos acerca de sua proposta. Lembra
232 que o Conselho competente para apreciar os detalhes das propostas é o Conselho de Ensino,
233 Pesquisa e Extensão (ConsEPE). Encaminha o documento para votação. Em votação, a criação
234 do Mestrado Profissional em Rede Nacional – PROFENSINO é aprovada com 3 abstenções.
235 Professor Ronei declara sua abstenção não por ser contrário à criação do programa, mas por
236 acreditar que deveria ser apreciado primeiro pelo ConsEPE e, só então, pelo ConsUni, o que
237 considera ser o rito previsto pelas normativas internas da UFABC. Professor Dalpian esclarece
238 que não há previsão de sequência da passagem dos novos cursos e programas pelos Conselhos
239 Superiores da UFABC, acreditando ser mais produtivo o ConsUni sinalizar a intenção de
240 criação e então, avaliação pelo ConsEPE. Professor Dácio parabeniza o professor Evonir pela
241 aprovação da criação do programa. Minuta de resolução que altera o nome da Pró-Reitoria de
242 Extensão para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Antes de a discussão se iniciar, professor
243 André levanta questão de ordem, indagando se o assunto não deveria ter entrado em pauta no
244 Expediente. Professor Dácio lembra a aprovação da Resolução ConsUni nº 144, que delega
245 competências às Comissões, Comitês e Conselhos Setoriais da UFABC. Professor Daniel,
246 então, apresenta a proposta, informando que vem sendo discutida pelo CEU há bastante tempo,
247 uma vez que a ProEx já vem lançando chamadas para apresentação de propostas de projetos,
248 cursos, oficinas e eventos, no âmbito exclusivamente cultural. Menciona, também,
249 possibilidade de captação de recursos junto ao Ministério da Cultura. Menciona que foi pensada
250 a criação de uma nova pró-reitoria de cultura, mas optou-se por incorporá-la à ProEx. Professor
251 Dácio complementa, informando haver um limite legal para as Instituições Federais de Ensino
252 Superior (IFES) no que tange a criação de pró-reitorias, sendo sete esse limite. Após
253 comentários e não havendo qualquer proposta contrária à alteração, o documento é
254 encaminhado para votação e aprovado com 5 abstenções. Considerando o avançado das horas e
255 a falta de quórum, os assuntos do Expediente serão apreciados na continuação da sessão, a
256 ocorrer no dia 13 de outubro. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra e
257 considerando o avançado das horas, professor Dácio encerra a sessão às 17h46 e agradece a
258 presença de todos, informando que a continuação da reunião será no dia 13 de outubro, às 14h.-
259 Aos 13 dias do mês de outubro do ano de 2015, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, 1º
260 andar, Bloco A, Torre I da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados,
261 5001, Bangu, Santo André, realiza-se a continuação da III sessão ordinária do Conselho
262 Universitário (ConsUni) da UFABC de 2015, previamente convocada e presidida pelo
263 magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto
264 Matheus, vice-reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, representante docente do
265 Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Alexandre Becker,
266 representante discente de graduação; Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil;
267 André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH);
268 Annibal Hetem Junior, diretor do CECS (até 17h); Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior,
269 representante docente do CCNH; Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos



270 (a partir de 16h12); Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura; Edson Pimentel, diretor
271 do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Eduardo Peres Novais de Sá,
272 representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS;
273 Evonir Albrecht, representante docente do CMCC; Felipe Anchieta Santos Costa, representante
274 suplente discente de graduação; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do
275 CECS (a partir de 15h); Guilherme Afonso Gomes dos Santos, representante suplente discente
276 de graduação (a partir de 16h10); Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, pró-reitor de assuntos
277 comunitários e políticas afirmativas; Gustavo Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação;
278 Igor Leite Freire, pró-reitor adjunto de pesquisa; José Carlos Rodrigues Silva, representante
279 docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Luciano Soares
280 da Cruz, pró-reitor adjunto de graduação; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli,
281 representante dos técnicos administrativos; Marta Oliveira Rodrigues, representante dos
282 técnicos administrativos; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Nunzio
283 Marco Torissi, representante docente do CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny
284 Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Vivilí Maria Silva Gomes,
285 representante suplente docente do CMCC; Vladimir Perchine, representante docente do CMCC
286 e Wauber Bezerra de Magalhães Mauricio Júnior, representante discente de graduação (até
287 16h10). **Ausências Justificadas:** Não há. **Ausentes:** André Guilherme Ribeiro Balan,
288 representante docente do CMCC; Eduardo Araújo Couto, representante discente de graduação;
289 Gabriela Spanghero Lotta, representante docente do CECS; Herculano da Silva Martinho,
290 representante docente do CCNH; Igor Fuser, representante docente do CECS; João Manoel
291 Losada Moreira, representante docente do CECS; Luiz Carlos Rozante, representante docente
292 do CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil;
293 Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação; e Vitor Emanuel Marchetti
294 Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional. **Não votantes:**
295 Rovilson Mafalda, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da
296 UFABC; Soraya Cordeiro; secretária-geral e Virgínia Cardia Cardoso, membro do Comitê
297 Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de profissionais do Magistério de
298 Educação Básica da UFABC (COMFOR UFABC). **Apoio administrativo:** Fabiane Alves,
299 chefe da Divisão de Conselhos; Daniely Dias Campos, Natália Paranhos e Thiene Pelosi
300 Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o
301 presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h11min, com o **Expediente.**
302 **Minuta de resolução que revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 37, que dispõe sobre as**
303 **normas para avaliação de pessoal docente com vistas à concessão de progressão funcional,**
304 **dentro de uma mesma classe.** Professor Rovilson Mafalda, presidente da CPPD apresenta
305 histórico das discussões acerca da Minuta, afirmando haver diversas sugestões que foram
306 encaminhadas e discutidas na última reunião da CPPD. Elenca as sugestões realizadas e a
307 deliberação da CPPD: 1) acrescentar, ao final da redação do inciso III do Art. 4º, “não podendo
308 ser zero a soma em nenhum destes campos”. Explica que isso acarretaria na modificação da
309 pontuação que consta nos campos 2 e 3. A CPPD optou por não acatar a sugestão, mantendo
310 apenas a pontuação mínima de 30 pontos; 2) alteração da fórmula constante do Anexo I,
311 Campo I – Atividades de Ensino, de modo que $T(n)=1+(n/80)$. Ainda acerca da fórmula, Y
312 passa a ser “o desempenho didático avaliado com a participação do corpo discente, cujas regras
313 devem ser propostas por uma Comissão de Avaliação Institucional, limitado entre 0 e 1, em
314 acordo com o inciso I do Art. 6º da Portaria MEC nº 554.” As sugestões foram acatadas pela
315 CPPD e incorporadas ao documento; 3) alteração da fórmula constante do Anexo I, Campo III



316 – Atividades de Extensão, de modo que $T(n)=1+(n/80)$. Informa que as sugestões foram
317 acatadas pela CPPD e incorporadas ao documento; 4) alteração da redação do Anexo I, Campos
318 I e III – Atividades de Ensino e Atividades de Extensão, onde se lê: “ $f=1,50$ para os horários
319 aos sábados”, leia-se “ $f=1,50$ para os horários aos sábados ou ministrados à distância”. A
320 CPPD optou por manter a redação original; 5) alteração da pontuação, na Tabela 1 – Atividades
321 de pesquisa pontuadas, item 3 – “Coordenação de projeto de pesquisa sem financiamento”, para
322 1,5 ponto. A CPPD deliberou pela manutenção da pontuação de 0,5 ponto; 6) alteração da
323 redação do Campo V – Outras Atividades Relevantes, Tabela 4 - de modo que onde se lê
324 “Atividades administrativas pontuadas, comprovadas por cópia do documento de nomeação ou
325 cópia do parecer emitido.”, leia-se “Atividades administrativas pontuadas, comprovadas por
326 cópia do documento de nomeação ou cópia de declaração de assessoria *ad-hoc*.” A sugestão foi
327 acatada pela CPPD e incorporada ao documento e 7) alteração das porcentagens constantes da
328 Tabela 6 do Anexo III, de modo que os limites de redução para as minimidades exigidas nos
329 incisos II e III do Art. 4º, passem a ser: a) para os cargos de chefe de gabinete do reitor, pró-
330 reitor adjunto e vice-diretor, de 60 para 70%; b) para os cargos de coordenador do Núcleo de
331 Tecnologia da Informação, coordenador da Agência de Inovação ou coordenador de
332 Laboratório Didático, de 60 para 50%, c) para os cargos de coordenador de curso e assessor de
333 relações internacionais, de 40 para 50% e d) para o cargo de vice-coordenador de curso, de 20
334 para 30%. A CPPD deliberou por acatar as sugestões. Finda a apresentação de professor
335 Rovilson, abre-se para discussão. No Anexo I, Campo I, que trata das atividades de ensino, é
336 questionado o fato de uma Comissão de Avaliação Institucional ser mencionada, uma vez que
337 existe, na UFABC, a Comissão Própria de Avaliação (CPA). Argumenta-se que a CPA deva ser
338 valorizada e fortalecida e não ter suas atribuições sobrepostas por uma nova Comissão.
339 Professor Rovilson explica que o intuito não é propor a criação de uma nova Comissão de
340 Avaliação. A CPPD apenas optou por não especificar qual seria a Comissão responsável.
341 Professor Klaus não considera que essa atribuição deva ser da CPA, uma vez que ela avalia o
342 funcionamento e os processos institucionais, não realizando, portanto, avaliações individuais.
343 Reitera a importância da CPA, tanto que seu presidente foi convidado pela Reitoria a apresentar
344 suas atividades no ConsUni. Diversos conselheiros questionam a necessidade de apresentação
345 de cópias de documentos para comprovar a realização de atividades, ao que professor
346 Rodrigues reforça a necessidade de utilização do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009,
347 que versa: “Art. 1º Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal observarão as seguintes
348 diretrizes nas relações entre si e com o cidadão: I - presunção de boa-fé [...]” e “Art. 2º Os
349 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que necessitarem de documentos
350 comprobatórios de regularidade de situação do cidadão, atestados, certidões ou outros
351 documentos comprobatórios que constem em base de dados oficial da administração pública
352 federal deverão obtê-los diretamente do respectivo órgão ou entidade.” Argumentam que o
353 Currículo *Lattes* possui fé pública e que apenas esse documento deveria ser a comprovação das
354 atividades realizadas. Questionam, também, a necessidade de apresentação de documentos
355 gerados pela própria UFABC, argumentando a ilegalidade dessa política. Professor Dácio
356 acrescenta que os órgãos internos não podem exigir documentos comprobatórios de
357 informações internas da própria Instituição. Afirma reconhecer as dificuldades, mas considera
358 ser necessário estar claro no documento que a Instituição, representada pela CPPD, reunirá as
359 informações que ela própria produz. Ressalta que, com a implementação do novo sistema
360 integrado de gestão, o SIG/UFABC, o trabalho será facilitado, sendo possível, inclusive,
361 imputar dados direto do *Lattes*. Sugere que a menção à “cópias” ou “comprovação” seja

362 retirada de todas as tabelas, acrescentando-se à Resolução um parágrafo 5º no Art. 4º, versando
363 que as formas de comprovação previstas nas tabelas 1,2,3,4 e 6, para cada atividade a ser
364 considerada, serão definidas por portaria específica, de modo a não onerar o docente na
365 comprovação de informações próprias da Instituição, nos termos da Lei. Professor Rovilson
366 informa que a questão da utilização do Currículo *Lattes* escapa às deliberações da CPPD,
367 porque, embora tenha fé pública, há uma série de normativas internas que devem ser
368 respeitadas. Caso o ConsUni deseje que isso passe a ser o rito, não vê problemas, mas deve ser
369 pensado como isso será operacionalizado, porque a CPPD não está preparada para extinguir as
370 cópias, uma vez que o relator, atualmente, leva 30 dias para análise de cada processo, com
371 todas as cópias em mãos. Caso ele necessite buscar informações, a análise pode ser
372 comprometida. Ainda, sobre a documentação comprobatória, sugere-se que o Currículo *Lattes*
373 seja utilizado para comprovação de atividades realizadas fora da Universidade e que, para as
374 atividades internas, a documentação seja solicitada pela CPPD às Pró-Reitorias. Professor
375 André Eterovic sugere que toda a comprovação seja feita pelo relator, em consulta ao Currículo
376 *Lattes*, ao Boletim de Serviço e às Pró-Reitorias. Sobre o entendimento da CPPD de que as
377 atividades de Extensão não devam ser obrigatórias para a progressão funcional dos docentes,
378 argumenta-se ser válido exigir que os docentes contribuam com todas as atividades da
379 Universidade, não podendo ter pontuação zero em qualquer campo. Menciona-se que, caso não
380 haja incentivo aos docentes para exercer papéis na Extensão, a UFABC não conseguirá
381 alcançar as metas do PNE. Propõe-se, então, que, ao invés da obrigatoriedade de realização de
382 algum tipo de atividade, mais pontos sejam contabilizados para a Extensão, de modo a
383 incentivar a participação dos docentes. Professor Vitor expõe que, ao se discutir a progressão,
384 discute-se também qual é o papel da Universidade. Sente, pela fala de alguns conselheiros, que
385 o lema propagado de que a UFABC tem a missão de ensino, pesquisa e extensão, é apenas
386 demagógico. Acrescenta que a Extensão diz respeito ao papel dos docentes como educadores,
387 argumentando haver inúmeras pesquisas que não avançam, ou avançam muito pouco em suas
388 áreas e mesmo assim são consideradas. Acrescenta que a UFABC não é um instituto de
389 pesquisa, mas uma universidade. No ensejo, professor Pansarelli comenta que pode haver
390 pouco conhecimento da dimensão das atividades de Extensão. Propõe que a Pró-Reitoria de
391 Extensão e Cultura (ProEC) venha ao Conselho para elucidá-las. Informa que, no momento, há
392 cerca de 3000 professores de escolas públicas de base sendo formados pela UFABC. Ainda,
393 reflete que a UFABC necessita contribuir com a maior qualidade de seus ingressantes e a
394 Extensão é um dos meios para tal. Assim, propõe que, para a progressão, seja obrigatória a
395 realização de algum tipo de atividade de Extensão e, ainda, que tais atividades sejam mais bem
396 pontuadas. Professor André Eterovic sugere a alteração, em todo documento, do termo
397 “Extensão” pelo termo “Extensão e Cultura”. Questiona-se, também, o entendimento da CPPD
398 de que as atividades em EAD devam ser consideradas como as outras atividades de ensino.
399 Professor Dácio argumenta ser fundamental mencioná-lo como outra categoria de ensino, uma
400 vez que ele não necessariamente tem turno para acontecer. Sugere pontuação de 1,25,
401 independentemente do turno em que a atividade for realizada, como uma medida para
402 incentivar que as pessoas olhem para essa modalidade que pode ser muito interessante para o
403 modelo pedagógico da UFABC. Professor André Eterovic sugere pontuação de 1,00 para essa
404 categoria de ensino. Professor Rovilson informa que, na reunião da CPPD, a discussão quanto à
405 pontuação foi realizada sem discutir a essência do EAD. O entendimento foi que o horário
406 flexível não é do professor ou tutor, mas do aluno. O horário de trabalho do professor é de
407 segunda-feira a sábado e ele indica quando realizará seu atendimento presencial e por isso o

408 EAD foi considerado da mesma maneira que o ensino presencial. São realizadas, então
409 sugestões pontuais acerca do documento: 1) em relação às turmas grandes, melhorar a
410 pontuação – a área demandante esclarece que o entendimento é que, quando as turmas são
411 grandes e há divisão, havendo a participação de outros docentes, os pontos também deverão ser
412 divididos; 2) no Anexo I, Campo II – Atividades de Pesquisa, Tabela 1, item 3, “Coordenação
413 de projeto de pesquisa sem financiamento”, foi sugerida a alteração da pontuação para 2
414 pontos, a mesma do campo “coordenação de projeto de pesquisa com financiamento”, uma vez
415 que a única diferença entre as atividades é a prestação de contas – professor Rovilson informa
416 que essa foi a deliberação da CPPD, que entendeu que os projetos sem financiamentos
417 deveriam pontuar menos; 3) no Anexo I, Campo II – Atividades de Pesquisa, Tabela 1, item 8,
418 “Registro de patente ou registro de autoria de programa computacional concedido,
419 intermediado por setor específico da UFABC”, sugere-se a alteração da pontuação de 10 para
420 20 pontos; 4) no Anexo I, Campo II – Atividades de Pesquisa, Tabela 1, item 23, “Participação
421 como membro em comissão organizadora de evento científico”. Argumenta-se que várias
422 comissões organizadoras em eventos científicos, como por exemplo, comissão científica,
423 comissão editorial, entre outras. Sugere-se tornar a redação mais abrangente, de modo a não
424 penalizar os docentes que façam parte dessas comissões; 5) no Anexo I, os itens 13 do Campo
425 II – Atividades de Pesquisa e 5 do Campo III – Atividades de Extensão possuem a mesma
426 redação: “Capítulo de livro publicado com ISBN”. Isso abre precedentes para a utilização do
427 mesmo trabalho em ambos os campos e, conseqüentemente, obtenção de maior pontuação.
428 Deve haver alteração da redação para que não haja ambigüidade; 6) no Anexo I, Campo II –
429 Atividades de Pesquisa, Tabela 1, item 10, “Artigo de pesquisa aceito ou publicado por
430 periódico indexado com ISSN, podendo ser utilizado uma única vez para fins de progressão
431 funcional”, supressão da palavra “aceito”, de modo a facilitar a análise; e 7) supressão de todas
432 as tabelas de pontuação, sendo exigência para solicitação da progressão funcional apenas a
433 entrega de uma carta circunstanciada contendo as razões pelas quais a solicitação deva ser
434 acatada. Professor Rovilson concorda com a proposta, mas argumenta que, na prática, o
435 docente entende a importância da pontuação ao entregar a sua solicitação, pois, apenas dessa
436 forma, poderá acompanhar seu processo com a certeza de que não receberá um parecer
437 enviesado. Findas as sugestões, é solicitado à CPPD que, se possível, apresente os números
438 relativos às solicitações de progressão na UFABC e pontuação média em relação à pontuação
439 mínima. Menciona-se ainda que a CPPD não possui poder deliberativo sobre as normas, sendo
440 o ConsUni, o responsável pela aprovação daquelas. Professor Rovilson concorda com o
441 raciocínio, afirmando que todas as sugestões contribuem para a melhoria do documento.
442 Considera que o documento deva permanecer no Expediente para que a CPPD possa revisá-lo e
443 incorporar as sugestões cabíveis. Professor Klaus comenta que as discussões foram em relação
444 às atividades de Extensão e à documentação comprobatória. Assim, encaminha o item para a
445 Ordem do Dia da próxima sessão ordinária. Segue-se para o próximo item: Edital para abertura
446 de novos cursos de graduação. Antes da apresentação do item, professor Ronei Miotto levanta
447 questão de ordem, indagando se seria legal a UFABC lançar um Edital para um curso que não
448 está previsto no Estatuto, ao que professor Klaus responde que o ConsUni, como Instância
449 máxima da Universidade, possui a prerrogativa para decidir e que o item está no Expediente.
450 Recorda que a discussão não será a criação de curso, mas o lançamento de um Edital de
451 chamada para propostas de novos cursos. Informa que quando o ConsUni aprovou o novo
452 mecanismo para a criação de cursos, decidiu que qualquer membro poderia apresentar
453 propostas e, em função das manifestações da comunidade, identificou-se essa demanda, além

454 de considerar a priorização das licenciaturas como decisão política. Salieta que, após todos os
455 momentos de coleta de opiniões acerca dos novos cursos, a discussão e a aprovação final é do
456 ConsUni. No ensejo, solicita-se que a Secretaria-Geral requisite um parecer à Procuradoria
457 Federal quanto a possível ilegalidade estatutária nesse aspecto. Passa-se a palavra ao relator do
458 item, professor Luciano Cruz. Ele inicia lembrando que o Plano de Desenvolvimento
459 Institucional (PDI) da UFABC prevê a formação interdisciplinar na UFABC. Acredita que a
460 proposta vai ao encontro das discussões atuais acerca do papel da Universidade na melhoria da
461 educação básica do país. Prossegue elencando os pontos principais do documento: 1) a proposta
462 trata do chamamento de propostas de criação de novas licenciaturas que tenham como objeto a
463 interdisciplinaridade; 2) o item 2, que trata da finalidade do objeto, condiciona as novas
464 propostas à aderência à Resolução ConsUni nº 151, de 22 de julho de 2015, à aderência ao PDI
465 da UFABC, à aderência à Resolução CNE nº 02, de 1º de julho de 2015 e, especificamente para
466 as Licenciaturas Interdisciplinares (LI), à compatibilidade com um modelo de ingresso
467 unificado no Sistema de Seleção Unificada (SiSU); 3) o item 3 traz as etapas do cronograma,
468 não especificando datas, uma vez que essas estão condicionadas à aprovação do Edital neste
469 Conselho; 4) o item 4 trata dos requisitos mínimos para o aceite das propostas, havendo uma
470 comissão inicial que fará a triagem das propostas recebidas, analisando se todos os documentos
471 estão corretos e se a proposta é minimamente coerente para encaminhamento à Comissão
472 Julgadora; 5) a Comissão Julgadora terá, no mínimo, sete membros: a) um docente da área de
473 proposição do presente Edital, externo à UFABC, indicado pela Reitoria; b) um representante
474 da comunidade externa, preferencialmente indicado pelo GT – Educação do Consórcio
475 Intermunicipal do Grande ABC; c) um docente da UFABC, que tenha afinidade com a área de
476 proposição do presente Edital, indicado pela ProGrad; d) um docente da UFABC, que tenha
477 afinidade com a área de proposição do presente Edital, indicado pela ProPes; e) um docente da
478 UFABC, que tenha afinidade com a área de proposição do presente Edital, indicado pela
479 ProEC; f) um técnico-administrativo da UFABC, indicado pela Reitoria e g) um membro do
480 ConsUni, indicado por este Conselho; 6) a Comissão Julgadora não escolherá os cursos que
481 serão criados, ela simplesmente selecionará e classificará as propostas recebidas, cabendo ao
482 ConsUni decidir se há ou quais são as propostas pertinentes. Finda a apresentação, professor
483 Klaus alerta que o que está em discussão não é o modelo do Edital, pois esse já foi aprovado
484 pela Resolução ConsUni nº 151 e que não está em discussão a aprovação de qualquer curso,
485 podendo o ConsUni, após a finalização do trabalho da Comissão Julgadora, optar por escolher
486 várias ou nenhuma proposta. Em discussão, menciona-se certo desconforto na discussão de um
487 Edital específico para as Licenciaturas. Argumenta-se que o Edital deveria ser abrangente a
488 todos os cursos, de modo que todos os tipos de propostas possam ser analisados. Por outro lado,
489 menciona-se ser esta uma proposta positiva, uma vez que ela atende à grande demanda regional
490 e nacional por licenciados de qualidade que possam atuar na educação básica e expõem que se
491 deva prosseguir à discussão do documento. Mesmo assim, propõe-se que o documento seja
492 retirado de pauta para reelaboração, de modo a contemplar todos os tipos de propostas de
493 criação de curso de graduação. Após as manifestações, professor Klaus encaminha para votação
494 a permanência do Edital, como foi apresentado, contra sua retirada de pauta, de modo que seja
495 reelaborado para tornar-se mais abrangente. Em votação, a permanência do item, conforme
496 apresentado, é aprovada com 26 votos favoráveis e 3 votos favoráveis à retirada de pauta para
497 reelaboração. Em discussão, diversos conselheiros parabenizam a proposta, afirmando que ela
498 atende plenamente o que está disposto na Resolução ConsUni nº 151, além de reforçar o
499 protagonismo do papel social da UFABC na melhoria da educação básica. Argumentam que a

500 visão das licenciaturas como meras assessoras dos bacharelados prejudica muito a prática dos
501 professores. Professor Klaus esclarece que o vínculo entre bacharelado e licenciatura não é o
502 que está em discussão, pois essa definição será considerada em cada proposta futuramente
503 encaminhada, após a aprovação do Edital. Pondera que diversos conselheiros expressaram
504 considerar a proposta boa para a comunidade externa, mas acrescenta que ela é interessante
505 para a UFABC, pois possibilita que a Universidade, mais uma vez, seja inovadora.
506 Respondendo às sugestões de se lançar um Edital que abranja todos os cursos, professor
507 Luciano recorda que esse foi o papel do Simpósio de Novos Cursos. Ressalta que, nesse
508 Simpósio, identificou-se grande interesse pela criação de novas licenciaturas e, desse modo, o
509 documento em discussão foi elaborado. Quanto ao documento, são levantados as seguintes
510 reflexões e questionamentos: 1) menciona-se que o documento não apresenta quem serão os
511 membros da comissão inicial que fará a triagem das propostas submetidas – professor Luciano
512 afirma não ser necessário nomear essa comissão no Edital. Sugere que o documento mencione
513 que ela será nomeada por uma portaria da Reitoria; 2) percebe-se que não há representantes
514 discentes na Comissão Julgadora das propostas – a área demandante responde que pode acatar a
515 proposta; 3) questiona-se se o Edital contempla os discentes que desejam realizar tanto a
516 licenciatura quanto o bacharelado e, ainda, se, após o lançamento do Edital, as licenciaturas
517 existentes na UFABC serão extintas – é esclarecido que a aprovação do Edital não irá e nem
518 possui poder para extinguir qualquer curso já existente; 4) quanto ao que versa o Art. 5º da
519 Resolução ConsUni nº 151 e seu parágrafo único: “Compete ao ConsUni aprovar e criar, entre
520 os cursos classificados pela banca, aqueles que são de interesse institucional. Parágrafo único.
521 Para isso, o ConsUni deve avaliar a adesão da(s) proposta(s) do(s) curso(s) ao PDI e as
522 exigências de infraestrutura e de recursos humanos necessárias para a implementação do(s)
523 curso(s) classificado(s).”, argumenta-se que, uma solução para isso seria um Edital mais
524 abrangente, para quaisquer licenciaturas, não apenas para as interdisciplinares; 5) sugere-se a
525 alteração da redação do item 2.1, “b”, de modo a não restringir as propostas de novas
526 licenciaturas àquelas vinculadas a cursos de LI. Quanto a essa sugestão, contrapõe-se o fato de
527 essa restrição ser, justamente, a ideia do Edital e, dessa forma, os novos cursos passariam a
528 seguir as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores, o que não acontece com as
529 licenciaturas já existentes na UFABC, que são vinculadas aos BI; 6) propõe-se que seja omitida
530 do documento, qualquer menção às formas de ingresso nos cursos que serão criados, uma vez
531 que cada proposta deverá trazer em si esse detalhamento específico; 7) sugere-se que a
532 composição da Comissão Julgadora seja reformulada por se considerar que, da maneira como
533 está, há predominância de representação da Reitoria e Pró-Reitorias; 8) propõe-se a alteração de
534 redação do título, que passaria de “Edital para a abertura de novos cursos de graduação” para
535 “Edital para a abertura de novos cursos de graduação: Licenciaturas”; 9) solicita-se a
536 reformulação da redação do item 2.1, de modo a não identificar a separação entre as LI e as
537 LFE; 10) sugere-se a supressão, no item 2.2 do trecho “IV. as propostas de Licenciaturas
538 Interdisciplinares devem ser compatíveis com um modelo de ingresso unificado no SiSU” e 11)
539 em contraposto à proposta 7, propõe-se a manutenção da menção à LI especificamente, por se
540 considerar que é o grande diferencial e a grande inovação trazida pelo documento. Professor
541 Dácio elogia o nível das discussões, afirmando ter ficado claro que as licenciaturas são
542 prioridade para a UFABC, para a região e para o país. Acredita que o grande diferencial da
543 proposta é a interdisciplinaridade. Acredita que o ingresso nos cursos deva ser único e no
544 sistema interdisciplinar. Quanto à qualidade, reflete que interação interdisciplinar entre as
545 disciplinas obrigatórias não está sendo desvinculada, acrescentando que as disciplinas não são

546 dos bacharelados, das licenciaturas ou dos cursos específicos, mas da UFABC. Professor Klaus
547 agradece aos conselheiros por todas as manifestações e informa que o item retornará na Ordem
548 do Dia da próxima sessão ordinária. No ensejo, convida todos a participarem da Discussão da
549 Base Nacional Comum do Ensino Básico, que acontecerá na UFABC no dia 26 de outubro e
550 contará com a presença de todos os secretários de educação de todos os municípios do estado
551 de São Paulo, assim como com representantes do Ministério da Educação (MEC), para
552 discussão acerca do Currículo Nacional do Ensino Básico. Acrescenta que será um fórum muito
553 adequado para o debate das questões nacionais relativas à educação e considera um privilégio
554 para a UFABC hospedar esse evento. Considerando o avançado das horas, os assuntos restantes
555 da pauta serão apreciados em continuação da sessão, agendada para o dia 3 de novembro, às
556 14h. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o reitor agradece a presença
557 de todos e encerra a sessão às 18h21.-----
558 Aos 3 dias do mês de novembro do ano de 2015, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, 1º
559 andar, Bloco A, Torre I da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados,
560 5001, Bangu, Santo André, realiza-se a continuação da III sessão ordinária do Conselho
561 Universitário (ConsUni) da UFABC de 2015, previamente convocada e presidida pelo
562 magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros:** Dácio Roberto
563 Matheus, vice-reitor; André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e
564 Humanas (CCNH); Annibal Hetem Junior, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e
565 Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante
566 docente do CCNH; Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos; Daniel
567 Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do Centro de
568 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Eduardo Peres Novais de Sá, representante
569 docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Felipe
570 Anchieta Santos Costa, representante suplente discente de graduação; Gabriela Spanghero
571 Lotta, representante docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente
572 do CECS; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas
573 afirmativas; Gustavo Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação; Harlen Costa Batagelo,
574 representante suplente docente do CMCC; Herculano da Silva Martinho, representante docente
575 do CCNH; Igor Fuser, representante docente do CECS; Igor Leite Freire, pró-reitor adjunto de
576 pesquisa; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH; José Fernando
577 Queiruga Rey, pró-reitor de graduação; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de
578 administração; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante docente do CMCC; Maria Elisa
579 Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Maria Isabel Mesquita
580 Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Marta Oliveira Rodrigues,
581 representante dos técnicos administrativos; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do
582 CCNH; Nunzio Marco Torissi, representante docente do CMCC; Regina Helena de Oliveira
583 Lino Franchi, representante suplente docente do CMCC; Ricardo de Sousa Moretti,
584 representante suplente docente do CECS; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de
585 Mattos, representante dos técnicos administrativos; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior,
586 pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional; Vivilí Maria Silva Gomes,
587 representante suplente docente do CMCC; Vladimir Perchine, representante docente do CMCC
588 e Wauber Bezerra de Magalhães Mauricio Júnior, representante discente de graduação.
589 **Ausências Justificadas:** Não há. **Ausentes:** Alexandre Becker, representante discente de
590 graduação; Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Eduardo Araújo Couto,
591 representante discente de graduação; João Manoel Losada Moreira, representante docente do

592 CECS e Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação. **Não votantes:**
593 Anapátricia de Oliveira Morales Vilha, coordenadora da Agência de Inovação da UFABC
594 (InovaUFABC); Rovilson Mafalda, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente
595 (CPPD) da UFABC e Soraya Cordeiro; secretária-geral. **Apoio administrativo:** Fabiane Alves,
596 chefe da Divisão de Conselhos e Daniely Dias Campos, Natália Paranhos e Thiene Pelosi
597 Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o
598 presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h18min, informando haver
599 apenas dois assuntos remanescentes na pauta. Solicita que os conselheiros esforcem-se para não
600 levar a reunião até as 18h. Sugere 16h como o horário máximo para o término das discussões.
601 **Expediente. Minuta de resolução que dispõe sobre a alocação da Agência de Inovação**
602 **vinculada à Reitoria.** Professora Anapátricia Morales Vilha apresenta a proposta, exhibe a
603 trajetória de criação da Agência de Inovação (InovaUFABC) na UFABC, o organograma atual
604 e cada uma das Divisões Técnicas, que são: Divisão de Propriedade Intelectual (DPI),
605 responsável pela implementação da política de Propriedade Intelectual da UFABC, promoção
606 de interação e atendimento a pesquisadores (escritório de patentes) e oferta de apoio para
607 identificar projetos de pesquisa com potencial de proteção intelectual; atualmente há 28
608 patentes depositadas, 15 registros de softwares depositados no Instituto Nacional de
609 Propriedade Intelectual (INPI) e 21 solicitações em andamento; Divisão de Inteligência
610 Estratégica (DIE), responsável pelo mapeamento de competências científicas e tecnológicas da
611 UFABC, comunicação interna e externa da InovaUFABC e rotas futuras de desenvolvimento
612 tecnológico; Divisão de Empreendedorismo Tecnológico (DET), com funções de apoio às
613 entidades discentes, desafios, congressos, revistas e redes de empreendedorismo, estudo de
614 *locus* próprio de incubação tecnológica e ações em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio
615 às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Divisão de Transferência de Tecnologia (DTT),
616 encarregada por promover interação e prospecção com atores externos, cooperação científica e
617 tecnológica, transferência de conhecimento e apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) da
618 região do ABC. Apresenta, ainda, a Assessoria de Cooperativas Institucionais e Convênios
619 (ACIC), que realiza as parcerias celebradas na UFABC. Após as apresentações, lista os
620 aspectos gerais da nova proposta, a saber: 1) InovaUFABC como órgão vinculado à Reitoria.
621 Esclarece que, atualmente, a InovaUFABC é vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes), e
622 foi esse vínculo que permitiu a reestruturação da área, representou um importante processo de
623 incubação. Porém, neste momento, a Agência já teve um importante crescimento do ponto de
624 vista organizacional e ainda apresenta perspectivas de crescimento; 2) necessidade de revisão
625 da estrutura da área, especialmente com a entrada da ACIC; 3) reposicionamento do cargo do
626 vice-coordenador para coordenador adjunto; 4) inserção da Pró-Reitoria de Pesquisa no
627 Conselho Técnico Científico (CTC), com a seguinte composição: coordenador ou coordenador
628 adjunto da Agência de Inovação, chefe de cada Divisão Técnica, um representante de cada
629 Centro, um representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, um representante da Pró-Reitoria
630 de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, um representante da Pró-Reitoria de
631 Extensão e Cultura e um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa; 5) atribuir a função de
632 avaliar solicitações de inventores independentes para adoção de invenção na forma da
633 legislação vigente à Divisão de Propriedade Intelectual; 6) criação de duas novas Divisões
634 Técnicas: Divisão de Extensão Tecnológica e Formação Continuada (DEF), que será
635 responsável por viabilizar e proceder ações de consultoria técnica e científica, oferecer ações de
636 capacitação profissional e tecnológica continuada, nas suas diversas modalidades, e viabilizar
637 ações de extensão tecnológica e certificação técnica e científica; Divisão de Incubadoras e

638 Parques Tecnológicos, que será responsável por promover, gerir e apoiar atividades
639 relacionadas com a incubação de empresas na UFABC e em interface com atores externos e
640 promover, gerir e apoiar atividades relacionadas com parques tecnológicos e centros de
641 inovação na UFABC e em interface com atores externos. Em discussão, conselheiros elogiam a
642 proposta, questionam o porquê a área deseja ser vinculada à Reitoria, uma vez que o era antes
643 do vínculo com a ProPes. É esclarecido que, naquele momento, a InovaUFABC estava
644 começando a ser formada, portanto, o vínculo com a ProPes foi estratégico e bastante benéfico
645 para o desenvolvimento da área, que adquiriu dinâmica e atuação próprias. Sugere-se que os
646 detalhes da proposta, bem como as divisões e suas competências, não constem no documento
647 final, permitindo maior flexibilidade para a área. Questiona-se ainda sobre o papel do CTC,
648 que no fluxograma apresentado aparece como órgão de apoio à Coordenação; sugere-se que ele
649 seja responsável pelo planejamento estratégico da Agência e a Coordenação seja o órgão
650 executivo. Professora Anapátricia esclarece que os detalhes não estão dispostos na Resolução,
651 mas no Anexo e, em relação ao CTC, não vê motivos pelos quais as estratégias sejam traçadas
652 pelo Conselho, visto que se trata de um Conselho de caráter consultivo e sua composição é
653 indicada pelos Centros e Pró-Reitorias. Professor Klaus se posiciona favorável a desvinculação
654 da Área da ProPes e relata brevemente seu desenvolvimento e importância para a Universidade.
655 Sanadas as dúvidas dos conselheiros e após considerações, o assunto retornará na Ordem do
656 Dia da próxima sessão ordinária deste Conselho, considerando as sugestões elencadas que
657 foram acatadas. Minuta de resolução que dispõe sobre o estabelecimento/aplicação de critérios
658 para avaliação de docentes com vistas ao acesso à Classe E, com denominação de Professor
659 Titular de Carreira, do Quadro Permanente da UFABC. Professor Rovilson lê o parecer
660 circunstanciado elaborado pela CPPD, apresentando, também, como ocorre o acesso à classe de
661 professor titular em outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Salienta que a
662 CPPD entendeu que o Plano de Atividades Futuras não deve constar como item de avaliação,
663 porque seria, apenas, uma discussão acerca da viabilidade de promessas do candidato. Em
664 discussão, pondera-se que a CPPD deveria realizar uma consulta com as bases antes da
665 apreciação no ConsUni. Professor Rovilson entende que a consulta às bases é uma iniciativa
666 particular de cada conselheiro. O entendimento é que os representantes docentes têm essa
667 função, mas não a CPPD. Comenta que o professor titular deve ter sua excelência reconhecida
668 nacional e internacionalmente e que tal posição deve ser alcançada, apenas por mérito.
669 Comenta ainda que os critérios devem ser rigorosos e a manutenção do Mapa de Pontuação é
670 importante para instruir os docentes que desejam candidatar-se, de modo que saibam se estão
671 aptos ou não à ascensão à Classe E. É importante, também, para a Comissão Especial de
672 Avaliação, que terá parâmetros para entender o que a Universidade busca em seus professores
673 titulares. Ainda, sem o Mapa, os concursos podem tornar-se muito suscetíveis a contestações
674 judiciais por falta de objetividade. O Memorial vai além do Mapa, mas apenas o Mapa de
675 Pontuação referente aos anos posteriores à ascensão ao cargo de Professor Associado IV será
676 necessário. Ainda, a grande parte da resistência a esse instrumento se deve à necessidade de
677 documentação comprobatória e, considerando-se o teor das discussões, isso já está em vias de
678 ser superado. Quanto ao inciso III do Art. 2º, que menciona a experiência do docente na
679 Extensão, questiona-se o que é considerado como Extensão de acordo com esse dispositivo.
680 Argumenta-se que a Extensão deve abarcar mais itens do que aqueles considerados na Extensão
681 tradicional. Professor Rovilson entende que caberia ao membro interno da Comissão Especial
682 de Avaliação instruir os outros membros acerca do que a UFABC considera como atividade de
683 Extensão. Questiona-se também, em relação aos docentes que estão com seus processos de



684 promoção paralisados pela ausência de norma, se haveria a possibilidade de se utilizar apenas a
685 Portaria MEC nº 982, de 3 de outubro de 2013, ao que é esclarecido que a Portaria, quando
686 dispõe sobre a promoção à Classe E, não define parâmetros. Desse modo, é necessário que este
687 Conselho defina as normas. Em seguida, diversos conselheiros realizam suas propostas: 1)
688 quanto ao Mapa de Pontuação: a) supressão de tudo que se refere ao Mapa de Pontuação,
689 considerando-se que somente a utilização do Memorial seria suficiente para analisar todos os
690 aspectos necessários para a avaliação – professor Rovilson explica que o candidato ao acesso à
691 Classe E poderá optar pela avaliação por Memorial ou Tese Acadêmica Inédita. Se o candidato
692 optar pela segunda alternativa, sem a exigência do Mapa de Pontuação, a Comissão Especial
693 não teria qualquer informação sobre o histórico de atuação do docente; b) supressão do Mapa
694 de Pontuação, conforme proposta “a” e utilização da redação da Portaria MEC nº 982: “No
695 processo de avaliação para acesso à Classe E, com denominação de professor Titular da
696 Carreira do Magistério Superior deverá ser demonstrada excelência e especial distinção
697 obrigatoriamente no ensino e na pesquisa ou extensão, conforme regulamentação do Conselho
698 Superior da IFE.” Ainda, argumenta-se que, como o Mapa de Pontuação já é utilizado para
699 promoção até o cargo de Professor Associado IV, ele se torna inócuo, pois já se tem todos os
700 números do passado. Professor Rovilson reflete que o termo “excelência” é subjetivo e depende
701 de interpretação. Desse modo, a Comissão Especial de Avaliação de cada docente deve ter
702 elementos mais concretos para sua análise, o que é proporcionado pelo Mapa de Pontuação.
703 Caso o candidato opte pela apresentação de Tese Acadêmica Inédita, a Comissão não terá o
704 histórico do que já foi realizado pelo docente e terá que prosseguir à avaliação apenas com base
705 nessa Tese. Quanto ao Mapa ser inócuo, explica que, para candidatar-se ao cargo de Professor
706 Titular, o docente deve estar há dois anos no cargo de Professor Associado IV e a pontuação
707 referente a esse período ainda não terá sido computada; c) obrigatoriedade de apresentação,
708 apenas, do Mapa de Pontuação referente aos anos posteriores à promoção ao cargo de
709 Associado IV, pois a Instituição terá os Mapas referentes às outras promoções – professor
710 Rovilson explica que para o Mapa de Pontuação, não será exigida nova comprovação das
711 atividades utilizadas para promoções anteriores. A ideia é que o docente entregue, apenas, a
712 lista de atividades que já utilizou, apenas para instruir o processo e d) em oposição às propostas
713 “a”, “b” e “c”, manutenção do Mapa de Pontuação, por considerá-lo importante para instruir os
714 docentes que desejam candidatar-se, de modo que saibam se estão aptos ou não à ascensão à
715 Classe E. É importante, também, para a Comissão Especial de Avaliação, que terá parâmetros
716 para entender o que a Universidade deseja de seus professores titulares. Ainda, para o candidato
717 que escolher sua avaliação pela apresentação de Tese Acadêmica Inédita, o Mapa de Pontuação
718 deve ser obrigatório, bem como a documentação comprobatória referente à Tese. Argumenta-se
719 que a pontuação não poderia ser suprimida, pois difere da pontuação mínima para ascensão aos
720 outros níveis da carreira. Caso um docente seja promovido nos outros níveis com pontuação
721 mínima, não terá o número de pontos necessário para promoção à Classe E. Sugere-se a
722 manutenção do disposto, de modo a não penalizar os docentes redistribuídos, que não
723 realizaram sua ascensão da carreira por meio dos parâmetros estabelecidos pela UFABC.
724 Professor Rovilson explica que se exige a pontuação mínima para a promoção dos outros níveis
725 da carreira e, após o docente passar para o cargo de Professor Associado IV, ele deverá obter
726 mais dez pontos. Acata a proposta; 2) quanto à documentação comprobatória da realização de
727 atividades: a) delimitá-la a dez ou vinte documentos referentes às realizações que o candidato
728 considera mais importantes em sua carreira. Professor Rovilson explica que é favorável à
729 proposta, mas seu papel é representar a CPPD, por isso, levará a proposta aos demais membros;

730 b) em oposição à proposta “a”, supressão, no Art. 4º, dos termos “com cópias de
731 comprovantes”, por considerar-se que não há necessidade de cópia de documento
732 comprobatório e c) supressão da exigência de documentação comprobatória exigida no Art. 7º,
733 exceto no caso da apresentação de Tese Acadêmica Inédita; 3) outras propostas: a) alteração,
734 no inciso IV do Art. 1º, “lograr aprovação de Memorial e ou defesa de tese acadêmica inédita”,
735 utilizando apenas “e” ou “ou” – proposta acatada; b) alteração, no inciso I do Art. 2º, de modo
736 que, onde se lê “ensino médio”, leia-se “educação básica” – proposta acatada; c) no § 1º do Art.
737 4º, menciona-se a Resolução ConsUni nº 37, mas ela está sendo revista e logo será substituída.
738 Propõe-se adequar essa menção à nova Resolução que será aprovada – proposta acatada; e)
739 revisão da redação do Art. 8º, que dispõe que caberá à CPPD manifestar-se sobre a interposição
740 de recurso do docente, de modo que haja mais clareza acerca do papel que essa Comissão
741 exercerá em relação aos recursos – é explicado que os recursos serão julgados pela CPPD.
742 Quando da apreciação na Ordem do Dia, a redação estará mais clara; f) manutenção do Plano
743 de Atividades, uma vez que ele é uma versão mais ampla do que se faz no concurso para
744 ingresso como docente na Universidade, a apresentação de um Projeto de Pesquisa. O
745 candidato à ascensão à Classe E da carreira deve apresentar à Comissão Especial de Avaliação
746 o que ele ainda deseja fazer na e pela Universidade em seu novo cargo – professor Rovilson
747 concorda com a proposta e sugere a alteração de “Plano de Atividades” por “Projeto de
748 Atividades Futuras”. Acerca da nova proposta, professor Dácio solicita que a nova redação
749 esteja no plural: “Projetos de Atividades Futuras”, para que não se confunda esse instrumento
750 com um simples Projeto de Pesquisa e g) alteração, em todo o documento dos termos
751 “Comissão Especial de Avaliação” por “Comissão Especial de Avaliação de Desempenho”.
752 Professor Rodrigues sugere a utilização da redação da Portaria MEC nº 982, no que se trata das
753 atividades obrigatórias para a ascensão e nada mais: “Art. 3º No processo de avaliação para
754 acesso à Classe E, com denominação de professor Titular da Carreira do Magistério Superior
755 deverá ser demonstrada excelência e especial distinção obrigatoriamente no ensino e na
756 pesquisa ou extensão, conforme regulamentação do Conselho Superior da IFE”. Menciona que
757 o documento é ilegal, uma vez que seus dispostos exigem além das diretrizes gerais para fins
758 dessa promoção, estabelecidos na Lei e solicita parecer jurídico a esse respeito. Professor Klaus
759 acata a solicitação, mas entende não haver qualquer ilegalidade. Afirma que o parecer será
760 apresentado para a Ordem do Dia da próxima sessão. Professor Mauro levanta questão de
761 ordem, afirmando ter feito questionamentos que não foram respondidos pelo presidente da
762 CPPD. Salaria que por ser membro eleito do ConsUni, exerce papel de representante dos que
763 o elegeram para este Conselho. Elenca os questionamentos não respondidos: i) mais clareza e
764 melhor especificação acerca das etapas para promoção à Classe E mencionadas no documento:
765 Prova de Erudição, Mapa de Pontuação e Memorial ou Tese Inédita. Professor Rovilson
766 informa que o documento será adequado; ii) no § 6º do Art. 5º, o tempo de espera que o
767 candidato não aprovado deve cumprir é de vinte e quatro meses. Há sugestão para diminuir o
768 prazo para doze meses – é explicado que o entendimento da CPPD foi que esse é o período
769 necessário para que o candidato possa passar da condição de não aprovado para a condição de
770 aprovado. Caso o ConsUni assim o entenda, o tempo desse prazo poderá ser votado e alterado;
771 e iii) inclusão de disposto que verse que o ConsUni julgará os recursos, ao que professor
772 Rovilson explica que, para os recursos, o ConsUni, como órgão máximo da UFABC, é, em
773 qualquer caso, a instância final de julgamento daqueles. Professor Maringoni levanta Questão
774 de Ordem, para que os conselheiros tenham mais objetividade em suas intervenções. Professor
775 Rovilson faz apelo aos conselheiros para que se empenhem em chegar a um consenso, uma vez

776 que há docentes que estão aguardando a aprovação do documento para darem continuidade a
777 seus processos de promoção à Classe E. Coloca-se à disposição para prestar quaisquer outros
778 esclarecimentos. Professor Klaus reitera a importância da deliberação do documento pelo
779 ConsUni. Informa que o caso mais antigo é o de um docente que aguarda há um ano. Salienta
780 não ter sido possível terminar a reunião às 16h, mas considera que a discussão foi produtiva
781 para amadurecer o assunto e informa que o item irá para a Ordem do Dia da próxima sessão
782 ordinária. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o reitor em exercício
783 agradece a presença de todos e encerra a sessão às 17h41. Do que para constar, nós, Fabiane de
784 Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Daniely Dias Campos, Natália Paranhos e
785 Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral, em conjunto com
786 a secretária-geral, Soraya Cordeiro, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo
787 presidente, Klaus Capelle e pelos demais presentes à sessão.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Daniely Dias Campos
Assistente em Administração

Natália Paranhos
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani
Assistente em Administração

Soraya Cordeiro
Secretária-Geral

Klaus Capelle
Reitor